

PGR pede a Gilmar que envie inquérito de Serra à 1ª instância

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao Supremo Tribunal Federal que o inquérito que investiga doações eleitorais não contabilizadas para campanhas do senador José Serra (PSDB-SP) seja enviado para a primeira instância da Justiça Federal, em São Paulo. O pedido será analisado pelo ministro Gilmar Mendes.

“Como se verifica, os fatos investigados nos presentes autos relacionados a José Serra deram-se enquanto governador de estado. Portanto, não se justifica a competência desta Suprema Corte, dado que, claramente, não se trata de delito ocorrido durante o mandato de senador e, logicamente, não relacionado a este cargo”, argumentou Dodge.

Na petição, a procuradora explicou que o Supremo não tem mais competência para julgar o caso. O Plenário do Supremo Tribunal Federal [restringiu o alcance do foro por prerrogativa](#) de função de parlamentares federais em 3 de maio.

Por maioria, o colegiado seguiu o [voto](#) do relator, ministro Luís Roberto Barroso, para quem deputados e senadores somente devem responder a processos criminais no STF se os fatos imputados a eles ocorrerem durante o mandato, em função do cargo.

Aplicação da regra

Vários processos já foram baixados para as instâncias inferiores desde o julgamento do Supremo. O ministro Marco Aurélio, do STF, determinou [a remessa à primeira instância](#) de 17 inquéritos e quatro ações penais envolvendo deputados e senadores.

O ministro Alexandre de Moraes [enviou](#) seis inquéritos e uma ação penal a instâncias inferiores. O pacote inclui investigação sobre o senador Aécio Neves (PSDB-MG), que passa à responsabilidade da Justiça comum, em Minas Gerais.

Um dia após o STF limitar o foro especial, o ministro Dias Toffoli [mandou](#) para as instâncias ordinárias seis ações penais de sua relatoria. Para esclarecer dúvidas sobre o tema e "impedir insegurança jurídica", Toffoli apresentou duas [propostas de súmula vinculante](#).

O ministro Celso de Mello também já determinou a remessa de inquéritos [contra o deputado federal Tiririca \(PR-SP\)](#), por suposta prática do crime de assédio sexual, e outro que apura [se o deputado Éder Mauro \(PSD\)](#), conhecido como Delegado Éder Mauro, participou de um caso de tortura. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

03/06/2018